



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639876 - MS (2021/0011327-4)

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : ROSALI BARBOSA SILVA LEITE DOS SANTOS  
**ADVOGADO** : ROSALI BARBOSA SILVA LEITE DOS SANTOS - MS005383  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
**PACIENTE** : O I (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de O I em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL (Apelação Criminal n. 0000676-15.2019.8.12.0052).

O paciente foi condenado como incurso no art. 217-A do Código Penal, à pena de 8 anos de reclusão em regime fechado.

A impetrante afirma que, não obstante esteja em trâmite o recurso especial interposto contra o acórdão que reformou a sentença penal absolutória para, em segunda instância, condenar o paciente, foi expedido o mandado de prisão em desfavor do réu.

Argumenta que tal medida vem de encontro ao atual entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca do tema, porquanto ainda não sobreveio o trânsito em julgado da condenação.

Requer, liminarmente e no mérito, que o paciente seja posto em liberdade até o trânsito em julgado da condenação.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria de fundo não foi apreciada no acórdão impugnado. Assim, o Superior Tribunal de Justiça não pode dela conhecer, sob pena de indevida supressão de instância. Confira-se precedente sobre a questão:

*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19.*

*GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA.*

*INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.*

*[...]*

*3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.*

*4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n.*

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência